

RELAÇÃO ENTRE EMENDAS PARLAMENTARES E CORRUPÇÃO MUNICIPAL NO BRASIL, APLICADOS À EDUCAÇÃO

Alunos: Filipe Masini de Oliveira e Julia Wrobel Folescu
Orientadores: João Manoel Pinho de Mello e Sérgio Firpo

Introdução

Foi feito um estudo de forma a determinar o aumento da corrupção devido a falhas institucionais que não inibem os atos impróprios. A principal falha analisada é a falta de controle sobre as transferências governamentais feitas por meio de emendas parlamentares. Diversos estudos apontam uma estreita relação entre o número de emendas aprovadas e o aumento da corrupção no Brasil, mas até agora, não passam de especulação ou observação de casos particulares.

Objetivos

Definir políticas anticorrupção mais eficientes. Será analisado se a recepção de transferências governamentais via emendas, geram maior corrupção ou se todos os municípios têm gestões semelhantes, mas aqueles que recebem emendas têm atos indevidos mais evidenciados, quando há escândalos de corrupção.

Metodologia

Utilizando a amostra do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos da CGU, é possível estudar empiricamente a corrupção no âmbito municipal, e assim, discutir suas possíveis causas. Os sorteios da CGU são uma base de dados confiável sobre irregularidades e corrupção municipal.

A comparação entre os diferentes municípios foi feita por meio da análise descritiva dos dados, dos testes de hipóteses para diferenças de médias e de análise de regressões para explorar as relações causais entre elas.

O programa de fiscalização por meio de sorteios da CGU, criado em 2003, avalia a gestão de recursos públicos federais repassados a municípios, evidenciando possíveis irregularidades. Os municípios são escolhidos aleatoriamente. A cada sorteio são escolhidos 60 municípios (de até 500 mil habitantes). Todas as denúncias e suspeitas de irregularidades são previamente analisadas. Depois, é feita análise de campo. Por fim, é elaborado um relatório sobre cada município com constatações sobre irregularidades e corrupção. O corte temporal da amostra foi feito determinado privilegiando os dados mais atuais.

São usadas como medidas de corrupção: a quantidade de constatações, a quantidade de problemas administrativos e a quantidade de problemas graves, sendo os dois últimos de maior relevância.

Os dados de emendas parlamentares foram extraídos do Sistema Siga Brasil, do Senado Federal e considerada conforme dois diferentes status. O primeiro considera todas as emendas autorizadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e o segundo, exclui emendas autorizadas, mas não executadas no orçamento. O objetivo é diferenciar os valores aprovados daqueles efetivamente repassados aos municípios.

Conclusões

Possíveis explicações foram analisadas de forma a tentar determinar a relação entre corrupção e o número de emendas aprovadas, entre as quais estão: os recebimentos de recursos extras podem aumentar o poder discricionário da gestão local ou o benefício marginal de um ato corrupto, esses recursos extras também podem aumentar a pressão de grupos locais para que sejam favorecidos nos negócios municipais e possibilidade de conluio entre autores das emendas e gestores municipais.

A análise empírica demonstrou a existência de forte relação entre transferências governamentais e corrupção nos municípios. Esses municípios se mostraram em média 35% mais corruptos, porém ainda não foi possível estabelecer uma relação causal entre corrupção e emendas parlamentares recebidas ou aprovadas.

Foi possível observar que não parece existir uma relação linear entre corrupção e o valor total das emendas recebidas, isto é, a corrupção está mais ligada à quantidade de emendas recebidas e não do valor destas.

Os resultados empíricos dão um maior suporte a duas hipóteses explicativas levantadas: a possibilidade de conluio e a ação de grupos privados exercendo pressão sobre os governos municipais.

As bases de dados vêm sendo atualizadas de forma a determinar a relação causal entre a corrupção e as emendas.